

## **OS XERENTE E A LUTA PELA TERRA**

CLEUBE ALVES DA SILVA\*

O povo Xerente tem seu território demarcado em definitivo desde o ano de 1991. É uma terra que totaliza 183.245,902 hectares e divide-se em duas áreas indígenas que tiveram suas demarcações em épocas diferentes e com processos demarcatórios diversos. A primeira denominada Área Xerente, chamada pelos indígenas de Área Grande, foi delimitada pelo Decreto 71.107, de 14 de setembro de 1972, demarcada pelo Decreto 76.999 de 8 de janeiro de 1976 e homologada pelo Decreto 97.838, de 16 de junho de 1989, com extensão de 167.542,105 hectares. A segunda área, chamada Funil, foi delimitada pela Portaria 1.187/E/82 de 24 de fevereiro de 1982 e homologada pelo Decreto 269 de 29 de outubro de 1991, com extensão de 15.703,797 hectares. O reconhecimento pelo Estado brasileiro dessas terras em favor dos Xerente, que correspondem a uma ínfima parte do extenso território que eles ainda dominavam quando da chegada dos primeiros colonizadores aos cerrados da mesopotâmia Araguaia-Tocantins, é resultado de um processo longo, conturbado, marcado por tensões, lutas, violência e mortes.

Neste trabalho, descreve-se a dinâmica de ocupação espacial dos Xerente desde os primeiros contatos com os colonizadores até o final do século XX. O objetivo é compreender, por meio da trajetória territorial desse povo, as influências e os reflexos por ele sofridos nos diferentes processos de ocupação da região tocantínia pelos não indígenas e a partir de quais contextos ele foi se reconfigurando socioculturalmente para manter-se como grupo étnico.

Cabem dois esclarecimentos. O primeiro é que não devemos delimitar áreas de habitação tradicional indígena com base em fontes documentais esparsas como as existentes sobre os povos indígenas em Goiás dos séculos XVIII e XIX. Todavia, por essas mesmas fontes, podemos obter informações sobre os contatos entre os Xerente e os não indígenas na região tocantínia e deduzir algumas localizações registradas para as aldeias daquele povo indígena e o raio de conflitos entre os índios e os não índios. O segundo é que tomaremos território como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78) e possuindo limites mutáveis e fronteiras alteráveis pelas lutas dos grupos de poder. O território para os povos indígenas está em um universo no qual

---

\* Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

determinadas relações sociais são vivenciadas e só fazem sentido como parte dele. E assim verificar se para os Xerente, um território amplo foi uma condição básica de constituição e reprodução de seu grupo humano e de sua cultura.

### **AS LOCALIZAÇÕES DO SÉCULO XX: ANTES DA DEMARCAÇÃO EM 1971**

No século XX, as informações primeiras são de José Feliciano de Oliveira que afirma, com base em depoimentos de alguns Xerente, que esse cronista conheceu em São Paulo, entre os anos de 1896 e 1911, que eles moravam às margens do Tocantins (OLIVEIRA, 1915, p. 16).

Por sua vez Basílio de Magalhães, em 1928, escreve sobre a localização de doze aldeias Xerente. Sete destas situadas na margem esquerda do rio Tocantins. Seriam elas: 1) Barreiro entre as cidades de Pedro Afonso, em Goiás, e Carolina, no Maranhão; 2) Mato Limpo, no ribeirão Cachoeira, afluente do rio Tocantins; 3) Rocinha, no ribeirão dos Bois, outro afluente do rio Tocantins; 4) Barra Larga na localidade chamada Gorgulho, próxima ao ribeirão dos Bois; 5) Coqueiro Alto, próximo a Pedro Afonso; 6) O Cantador do Alto, no Morro Grande, uma localidade situada na fralda da Cordilheira a 20 léguas (120 quilômetros) de Couto de Magalhães; 7) Palmeiral no ribeirão Providência, afluente do rio Tocantins por sua margem esquerda (MAGALHÃES, 1928, p. 34).

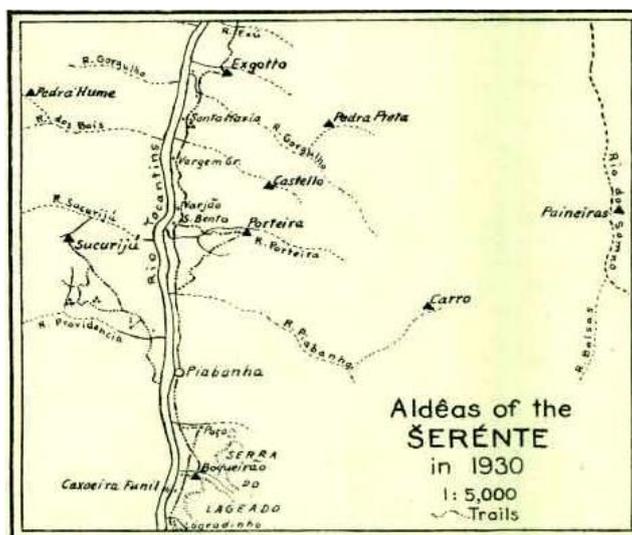
E outras cinco aldeias na margem direita do mesmo rio Tocantins: 1) Varedão, na margem direita do rio Tocantins; 2) Boqueirão do Funil, abaixo do Lajeado, a doze quilômetros acima de Piabanhas (Tocantínia); 3) Bananal no rio Preto, afluente da margem esquerda do rio do Sono; 4) Anajazal, em Morrinhos, cabeceiras do ribeirão Piabanhas; 5) Cocal (MAGALHÃES, 1928, p. 34).

Por sua vez, Urbino Vianna (1928) também enumerou doze aldeias Xerente. Pelas informações de Vianna, seriam oito aldeias à margem esquerda do rio Tocantins e quatro à margem direita. Vianna não deu informações específicas sobre a localização dessas aldeias.

Já Curt Nimuendaju, quando esteve entre os Xerente em 1930, enumerou nove aldeias com suas respectivas localizações (ver Mapa 8). Localizando na margem direita do rio Tocantins as seguintes aldeias: Esgoto (1) e Pedra Preta (2) ao norte do ribeirão Gorgulho; Castelo (3) nas margens do ribeirão Pendanga; Porteira (4) situada no médio curso do ribeirão homônimo; Carro (5) erguida junto a afluente do ribeirão Piabanha; Boqueirão (6) estabelecida junto à cachoeira do Funil; e a aldeia das Paineiras (7), postada na margem direita do rio do Sono. Já na margem esquerda do rio Tocantins, o mesmo etnógrafo encontrou

apenas duas aldeias Pedra Hume (1), estabelecida nas proximidades do ribeirão dos Bois e a aldeia do Sucuriju (2), estabelecida nas margens do ribeirão de mesmo nome (NIMUENDAJU, 1942).

**Mapa 8 – Localização das aldeias Xerente dadas por Curt Nimuendaju**



Fonte: NIMUENDAJU, Curt. *The Serente*, 1942.

Por sua vez o médico Julio Paternostro registrou em sua obra *Viagem ao Tocantins* de 1945 que os Xerente se localizavam “na vizinhança da vila goiana de Pedro Afonso e expandem-se para oeste, a pouca distância da foz do rio do Sono, no Tocantins” (PATERNOSTRO, 1945, p. 14). Paternostro esteve entre os Xerente quando foi pesquisador do Serviço de Febre Amarela entre os anos de 1930 e 1934. O médico registrou a existência de cinco aldeias: Porteira, Pedra Preta, Paneiros, Providência e Pranchu.

O antropólogo inglês David Maybury-Lewis, em pesquisa na década de 50, registrou sete aldeias: Funil, Santa Cruz, Gorgulho, Lageiro, Baixão, Baixa Funda e Rio do Sono. Ai já se observava uma aglomeração das aldeias ao redor dos dois postos do SPI, um na foz do ribeirão Porteiras e outro na foz do rio Preto (MAYBURY-LEWIS, 1979, p. 221) e todas as aldeias estavam localizadas na margem direita do rio Tocantins.

Ao fazer uma comparação entre os diferentes mapeamentos, podemos observar a redução do território dos Xerente ao longo do tempo. Isso implica em uma consequente invasão dos criadores de gado e do estabelecimento de suas fazendas na área indígena.

## **A HISTÓRIA DE DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO XERENTE**

Sem pretender retomar nesse item a longa história de confrontos entre os Xerente e as diferentes frentes expansionistas e seus desdobramentos no médio rio Tocantins, já discutidas

no primeiro capítulo, retomaremos aqui, como ponto de partida, a primeira tentativa colonialista de limitar o território de habitação dos Xerente que foi o aldeamento da Graciosa construído a mando de Raymundo José da Cunha Mattos, Governador das Armas de Província de Goiás<sup>1</sup>, em 1824.

Pode-se afirmar que embora esse tratado oferecesse aos Xerente uma possibilidade de segurança territorial, pois determinava que os indígenas teriam uma terra para que nela estabelecesse suas habitações, já trazia uma nova reconfiguração territorial para os Xerente. O aldeamento da Graciosa constituído no bojo de um acordo de paz determinava que o território abaixo da cachoeira do Lajeado seria território Xerente.

O aldeamento de Tereza Christina (ou Piabanhas) fundado pelo capuchinho frei Rafael de Taggia, em 1851, foi a segunda tentativa de delimitar a ocupação territorial dos Xerente retirando-os de áreas que ficavam nas proximidades de Porto Imperial e procurando “pacificá-los” quanto à ocupação das margens rio Tocantins por não indígenas.

Adotando uma prática dos capuchinhos de sempre permitir, quiçá estimular a ocupação nas proximidades dos seus aldeamentos na década de 1870, frei Antonio de Ganges, na ocasião, missionário responsável pela orientação espiritual dos Xerente no aldeamento Piabanhas, permitiu a reunião de um grupo de não índios em torno de uma igreja próxima ao aldeamento. Sobre a permissão para o assentamento de não indígenas junto aos aldeamentos, Marta Rosa Amoroso (1998) escreveu que a catequese capuchinha seguindo a Lei de 1845:

Estimulava a introdução de moradores não índios (militares, comerciantes, colonos, escravos e ex-escravos negros) nos aldeamentos, propiciava a convivência dos militares e corpos de guarda com os índios nas frentes de trabalho, dava permissão de estabelecimento de pontos de comércio dentro do aldeamento (AMOROSO, 1998, p. 2).

O texto de Amoroso afirma ainda “que este é um dos pontos de divergência do projeto capuchinho com a missão indígena dos jesuítas: a abertura dos aldeamentos para não índios foi evitada no período colonial, pelo menos enquanto a Companhia de Jesus impôs as ordens” (AMOROSO, 1998, p. 2).

Os moradores não índios que se estabeleceram nas proximidades de Piabanhas iniciaram a ocupação das cercanias com a criação de gado (GALLAIS, 1942). As ocupações das terras dos Xerente pelos rebanhos dos invasores seguiram acontecendo nas décadas

---

<sup>1</sup> Governador das Armas foi o comandante de todas as tropas armadas da província. Uma figura criada no Império do Brasil, com nomeação direta do Imperador.

seguintes, tanto que Nimuendaju, em 1930, observou que o gado havia tomado os campos de caça dos indígenas e também prejudicavam suas roças (NIMUENDAJU, 1942, p. 99).

O missionário católico Estevão Gallais (1942) escreveu que os conflitos entre Xerente e criadores de gado já no século XIX teriam sido muito grandes e que os indígenas teriam recorrido ao imperador D. Pedro II. Isso porque, segundo o missionário, quando os Xerente

[...] acham que têm direito às terras que ocupam; quando os cristãos procuram apoderar-se delas consideram isso uma revoltante injustiça e vão logo aos extremos. Quando o Pe. Antônio fundou Piabanhas, não tardaram a verificar-se conflitos desse gênero, com tal caráter de gravidade que foi necessário recorrer às autoridades superiores (GALLAIS, 1942, p. 131).

Segundo Gallais a questão teria sido levada ao tribunal do Imperador, que se pronunciou no sentido de um acordo e teria entregado aos índios uma vasta extensão de terras, para gozo exclusivo seu, e das quais em hipótese alguma poderiam os não índios desalojá-los (GALLAIS, 1942, p. 129-140).

Não encontramos documentação histórica que confirme essa intervenção junto ao imperador. Todavia, no território que teria sido destinado aos Xerente, havia uma área de campo cerrado com muitas pastagens boas para o gado para onde foi mandado o gado de inúmeros criadores da região. Uma situação que só agravava os conflitos entre os Xerente e os não índios. Como o gado estava em suas terras, os indígenas deles se serviam para a carne necessária a sua subsistência. Situação que gerava queixas, recriminações, ameaças e agressões (GALLAIS, 1942, p. 143) e era motivo de verdadeiras campanhas dos não índios, moradores das cercanias, contra os Xerente.

Em 1930, por ocasião de sua primeira estada entre os Xerente, Curt Nimuendaju denunciou às autoridades responsáveis pela defesa dos indígenas a animosidade dos não indígenas para com os Xerente existente àquela época. Em carta enviada à administração do SPI ele afirma: “assisti à campanha de mentiras e difamação que intrusos, ávidos de terras, lhes movem, para afastar dos índios as simpatias de quem os visita e para criar precedentes para futuras arbitrariedades” (NIMUENDAJU, 1942, p. 32). Escreveu também que “os neobrasileiros que vivem ao redor e dentro do território Xerente eliminaram a caça; a maioria dos índios não mais tem qualquer terra agricultável” (NIMUENDAJU, 1942, p. 33).

No contexto de disputa territorial entre os Xerente e os criadores de gado ao longo do século XX, a ocupação de áreas tradicionalmente habitadas pelos Xerente pode ter sido facilitada por algumas ações do Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Não afirmamos que o

órgão trabalhou em prol dos criadores de gado, todavia o SPI, entre os anos de 1939 e 1940, teria promovido a remoção dos moradores das aldeias Providência, Pedra Hume e Sucupira, situadas na margem esquerda do rio Tocantins. Cerca de 480 pessoas foram levadas para a margem direita do rio Tocantins. Essa mudança foi confirmada por Justiniano Sawrepté, líder Xerente, que ao descrever uma de suas viagens feitas ao Rio de Janeiro, quando ainda criança, contou que antes dessa sua viagem, sua família residia na aldeia Pedra Hume e, que, anos depois, ao retornarem, ele e seus pais foram morar na aldeia do rio do Sono, próximo ao posto indígena de mesmo nome, pois já não havia ninguém na sua antiga aldeia<sup>2</sup>.

A abertura de áreas de ocupação tradicional indígena deveu-se também à atração que os postos indígenas do SPI (depois da FUNAI) exerceu sobre os Xerente. Os serviços de saúde, o estabelecimento de escolas, o apoio as atividades agrícolas e a segurança e proteção que a proximidade dos postos oferecia contra os não indígenas em geral foram fatores que favoreceram uma concentração das aldeias Xerente nas proximidades dos postos indígenas. Um exemplo de tal concentração pode ser confirmado nos casos dos postos indígenas Xerente, Rio do Sono e Funil. A antropóloga Diana Cléa Garcia da Motta escreveu sobre esse modelo de atração em 1980. Após visitar os Xerente com o objetivo de realizar um levantamento de informações que pudessem subsidiar os “projetos de desenvolvimento comunitário” da FUNAI junto a esse povo, escreveu a antropóloga o surgimento da aldeia Gorgulho:

[...] teve origem através da fixação de algumas famílias indígenas ao redor do PI Xerente (casa-sede) dada a facilidade de uma assistência mais sistemática e demonstrando, ao mesmo tempo, uma confiança depositada na atual chefia daquele Posto<sup>3</sup>;

Sob a jurisdição dos órgãos indigenistas brasileiros, no percurso do século XX, a primeira ação de delimitação da terra dos Xerente ocorreu em 1944. Nessa ocasião, a Inspeção do SPI em Goiás encaminhou requerimento ao interventor do estado, Pedro Ludovico Teixeira, com objetivo de demarcar uma área para os Xerente. O processo que requeria uma área de 174 mil hectares não teve nenhum prosseguimento nas instâncias do governo goiano. A área requerida, menor que a atualmente demarcada, possuía seus limites a

---

<sup>2</sup> ENTREVISTA com Justiniano Sawrepté realizada por Cleube Alves da Silva, em junho de 2004.

<sup>3</sup> GARCIA DA MOTTA, Diana Cléa. Relatório de viagem à área Xerente( Pis Xerente, Funil, Rio do Sono). Brasília, 10/07/80 (Processo FUNAI/BSB/2297/80, Documentação FUNAI/DEID). 1980.

leste no rio do Sono, ao sul no rio Preto e ribeirão Piabanhas e a oeste no rio Tocantins. Essa proposta de demarcação já excluía a região do Funil (SCHROEDER & DAL POZ, p. 63).

Outra proposta de demarcação foi feita pela Inspeção do SPI em Goiás no ano de 1953. Dessa vez, buscou-se demarcar áreas descontínuas em torno das aldeias do rio do Sono, Baixão, Porteira, Boqueirão e do posto indígena de Tocantínia. Foi uma proposta que buscou salvaguardar as áreas ocupadas por criadores de gado que já havia estabelecido suas fazendas no território tradicional dos Xerente. Diversas fazendas recortavam as terras dos Xerente e pressionavam as aldeias e essa proposta caminhava no sentido de reservar pequenas áreas para aglomerar os Xerente de toda a região (SCHROEDER & DAL POZ, 2000, p. 63).

A ocupação das terras indígenas tinha o apoio das autoridades municipais, fato denunciado pelo chefe do posto indígena rio do Sono, José Fábio. Em ofício ao chefe da Inspeção de Goiás ele asseverou que:

Os que requerem terras distantes das aldeias são despachados pelo Sr. Coletor que alega pertencerem ao Município as terras devolutas, e que as áreas próximas às aldeias são respeitadas mas as outras são despachadas porque aquele Município precisa de renda para subsistir (SCHROEDER & DAL POZ, 2000, p. 64).

Um documento do SPI indicou que nessa época estavam estabelecidas na área de ocupação tradicional dezessete estabelecimentos agrários e/ou pecuários com titulação recente fornecida pelo Estado de Goiás. Nesse período, iniciou-se um série de enfrentamentos entre os “fazendeiros” e os Xerente e aconteceram diversos eventos de confrontos e violência. Um dos casos, a morte do fazendeiro Pedro Lobo, foi manchete no *Jornal do Brasil*, edição de 2 de junho de 1968, cujo executores teriam sido índios Xerente, todavia nada ficou provado nesse sentido<sup>4</sup>.

Em viagem de pesquisa entre os Xerente, Maybury-Lewis, no ano de 1957, elabora sua descrição da situação de ocupação das terras Xerente pelos criadores de gado e das consequentes modificações causadas por esses.

[...] ao longo do Tocantins, em intervalos onde as palmeiras de babaçu se concentravam, os colonos tinham tomado uma posse precária da floresta. Eles tinham liquidado as árvores com fogo e trazido seu feio gado com corcovas, soltando-os nas terras à procura de pasto. O gado afugentava os veados e comia o capim doce de que as antas gostavam. Se uma onça ou jaguatirica aproveitava a oportunidade para se abastecerem livremente dessas reservas abundantes de carne,

---

<sup>4</sup> GÓIS, Walter de "Confinados na selva xerentes só recebem do branco os vícios". *Jornal do Brasil*, edição de 2/06/68, Primeiro Caderno, p. 36.

lentas e descuidadas, cedo ou tarde seriam seguidas. Os sertanejos (...) com seus velhos rifles calibre 22 e seus cães especialmente importados para a caça as perseguiriam e matariam, ou morreriam na tentativa. Mas, no final, havia muito mais colonos do que onças (MAYBURY-LEWIS, 1990, p. 76-77).

O antropólogo inglês também presenciou desavenças entre os indígenas da aldeia Porteira, onde esteve hospedado, e os criadores de gado sobre a posse de área de terra denominada Bacia. Segundo Maybury-Lewis a área era reclamada:

[...] por pelo menos três fazendeiros como sua propriedade. Na realidade os índios estavam de posse dela, reclamando-a como parte das terras que possuíam desde muito tempo. No entanto, os criadores de gado diziam que a Bacia era sua. Seu gado pastava ali e eles diziam que tinham planos para arar e plantar a terra. Os Xerente os ignoraram. Os fazendeiros disseram ao prefeito de Tocantínia que os índios estavam matando seu gado. O prefeito mandou telegramas para Goiânia. Goiânia estava a oitocentos quilômetros de distância e nada aconteceu.

Os criadores de gado então ‘deram’ a madeira da Bacia para os membros da congregação Batista em Tocantínia, esperando envolvê-los na disputa. Quando os membros da igreja foram derrubar a madeira, encontraram-se com Xerente armados e durante certo tempo Tocantínia esteve certa de que um ataque índio era iminente. O povo da cidade foi encorajado nessa crença por discursos inflamados do prefeito e mais telegramas foram enviados para Goiânia, dizendo que pacíficos cristãos estavam sendo massacrados pelos índios.

Aí, entretanto, os fazendeiros deram um passo em falso. Eles enviaram alguns aventureiros que, felizmente, não encontraram nenhum índio, mas voltaram à cidade gabando-se de terem queimado um acampamento Xerente. Isto fez Eduardo [encarregado do posto do SPI] participar. Ele informou ao Serviço de Proteção aos Índios, que mandou um inspetor do Rio e este exigiu que os índios fossem indenizados (MAYBURY-LEWIS, 1990, p. 201-202).

Nesse processo de luta, os Xerente reivindicavam a expulsão de todos os não índios e a posse da terra de todo o município de Tocantínia. Os não índios, por outro lado, queriam que os indígenas fossem confinados em pequenas áreas e que o restante da terra fosse liberado para a pecuária e agricultura. Enquanto os Xerente tinham como aliados alguns funcionários do SPI, os criadores de gado eram defendidos pela Igreja Católica local, na figura de padre Pedro Piagem, pelos comerciantes e pelas autoridades municipais. Uma reportagem do *Jornal do Brasil* feita em 1968 por Valter de Góis trazia os argumentos desse grupo e afirmava que

“a ação indígena é o ponto de estrangulamento do processo de desenvolvimento do município” de Tocantínia<sup>5</sup>.

No ano de 1971, com o objetivo de forçar os criadores de gado a abandonarem seus estabelecimentos instalados em suas terras, os Xerente realizaram uma série de saques a essas fazendas. A situação de beligerância chegou ao extremo com o fazendeiro Judiá Pinto atentando contra a vida de um indígena de nome Salu, morador da aldeia do Funil<sup>6</sup>. Incitados pela situação, a FUNAI, recém-criada, e o Governo do Estado de Goiás criaram uma comissão mista com o objetivo de viabilizar a demarcação da terra Xerente.

Quando da realização dos trabalhos de levantamento da área Xerente, os fazendeiros e as autoridades municipais de Tocantínia se mobilizaram e exerceram pressão sobre o Grupo de Trabalho. Argumentando que o atendimento da demanda dos Xerente inviabilizaria a sobrevivência econômica do município, os locais conseguiram que a área do Funil ficasse fora da demarcação. Como resultado desse trabalho, a primeira área de terra, a área Xerente, é delimitada em 1972 e, posteriormente, demarcada em 1974.

Das conclusões chegadas pelo Relatório do Grupo de Trabalho de 1972, a principal foi pela demarcação de uma área para os Xerente sem atribuir qualquer importância às evidências históricas da ocupação tradicional de terra por esse povo indígena. Também não foram utilizados critérios antropológicos para o levantamento da área que não emitiu qualquer posição a respeito das terras do Funil e também não averiguou a situação das aldeias Esgoto e Pedra Preta, ao norte do ribeirão Gorgulho (SCHROEDER & DAL POZ, 2000, p. 66).

Findo o processo burocrático, a terra indígena Xerente estava demarcada, porém ainda retalhada por muitos estabelecimentos rurais, e os fazendeiros não abandonavam as terras, porque queriam receber indenizações pelas benfeitorias e instalações que haviam feito naquelas terras. Nesse contexto, os conflitos entre indígenas e não indígenas continuavam. O desmonte e a retirada das últimas fazendas só ocorreram no início da década de 1980 em uma grande ação promovida pelos Xerente com o apoio de índios Xavante, seus parentes de Mato Grosso, e dos chefes dos postos da FUNAI (SCHROEDER & DAL POZ, 2000, p. 63). Sobre esse processo de desocupação da área indígena Xerente, é comum encontrarmos entre os habitantes de Tocantínia pessoas que se queixam de ter perdido muito dinheiro porque não foram indenizadas.

---

<sup>5</sup> GÓIS, Walter de "Confinados na selva xerentes só recebem do branco os vícios". REPORTAGEM do *Jornal do Brasil*, edição de 2/06/68, Primeiro Caderno, p. 36.

<sup>6</sup> REPORTAGEM do jornal *Correio do Povo*, edições de 3 e 4 de setembro de 1971; REPORTAGEM do jornal *Correio da Tarde*, edição de 7 de outubro de 1971.



O velho chefe Xerente Capitão Abel, fez a seguinte declaração “Índio não estica o pé para jaracussú morder. Quando jaracussú e cascavel atacam, índio não tem que dar o pé pra elas morder. Índio tem que matar jaracussú e cascavel”. ... Os Xerente estavam roçando faz sete dias... um dos quatro brancos que vieram armados falou: “eu sou tenente da polícia, cadê as armas de vocês?” segundo Abel, o homem que se identificou como tenente, tomou e quebrou a espingarda de caça que estava na mão de um índio Xerente e depois todos os quatro brancos abriram fogo. “- Aí foi uma bagunça danada”<sup>7</sup>.

Já a versão dos não índios é apresentada nos seguintes termos:

Segundo o Capitão da Aeronáutica, Antonio Carneiro, seus irmãos atiraram para se defender e os índios não só atacaram primeiro, como também deformaram os corpos dos seus irmãos...<sup>8</sup>

A situação de tensão seguiu entre Xerente e a população não índia local e em 1979, em meio a essa situação de crise a FUNAI, iniciaram-se os trabalhos para a demarcação da área do Funil com a constituição de um GT – Grupo de Trabalho. A chegada do grupo de trabalho a Tocantínia gerou protestos da população não índia. Em uma das ações, a prefeitura, o posto de saúde, o cartório da cidade e o comércio fecharam as portas por três dias. Em outro gesto, a população parou a balsa que fazia a travessia entre Tocantínia e Miracema, o principal acesso à cidade.

Ao que tudo indica, os não indígenas conseguiram algum êxito com seus protestos e mobilização política. Entre os políticos que articularam contra a demarcação da Área do Funil estava o Deputado Federal Siqueira Campos que chegou a enviar correspondência ao Presidente da FUNAI, Coronel João Carlos Nobre da Veiga nesse sentido. Escreveu o deputado:

Solicito de V. Exa. urgentes providências para a suspensão demarcação promovida por homens da Funai na área urbana cidade Tocantínia, Goiás PT. Caso criado pela medida assume aspectos graves em face precedentes, entre os quais o assassinio pelos índios várias pessoas, tomada de fazenda pela Funai PT não pagamento indenização posses, como acordado, etc. PT<sup>9</sup>

A FUNAI recua da demarcação, todavia a luta dos Xerente continua. Resistem inclusive a uma tentativa de mudança para área já demarcada. Em 1980, a FUNAI estabelece um Posto Indígena próximo à área do Funil visando atrair os indígenas para essa localidade. Não dá certo. De um lado pela pouca vontade dos Xerente de deixar as suas moradias e de

<sup>7</sup> REPORTAGEM do Jornal *O Globo*, edição de 9 de setembro de 1976, citado por De PAULA, 2000, p. 71.

<sup>8</sup> REPORTAGEM do Jornal *O Globo*, edição de 9 de setembro de 1976, citado por De PAULA, 2000, p. 71.

<sup>9</sup> TELEX enviado em 26 de novembro de 1979. Citado por De PAULA, 2000, p. 75.

outro pela localização do Posto. Farias descreve assim o local dizendo que “não havia água perto, além de estar praticamente ao lado do entrocamento de duas estradas” (FARIAS, 1990, p. 59).

O processo de demarcação é retomado em 1982 e só concluído sete anos depois em 1989. A homologação ocorreu em 1991. Por conseguinte, a posse definitiva da terra estava assegurada aos Xerente.

## **MEMÓRIAS XERENTE SOBRE ÁREAS PERDIDAS**

Entre os Xerente mais idosos, é comum ouvir depoimentos que oferecem a dimensão do território perdido pelos indígenas. Homens e mulheres possuem uma memória das antigas habitações, de melhores tempos e das perdas que sofreram. São recordações quase *mitológicas* como a escrita por Vitorino Krunomri (1993) que diz:

Antigamente, nós Akwen habitamos uma vasta região, desde o Araguaia até o Tocantins. Aos poucos fugimos dos brancos, deixando as nossas terras para eles: as bonitas florestas, os lugares lindos com águas boas, cheias de peixe, rios para banhar e beber.

O lugar da nossa Aldeia chamava-se “Wdêrtêka”. Lá vivemos sozinhos e felizes nas lindas florestas, cheias de pássaros e animais para caça.

Mas, deixamos esta Aldeia para os brancos. E fomos procurar outro lugar, que se chama “Simnõiye-zasi”. Lá paramos outra vez para fazer nossa Aldeia. Um lugar com água boa para beber. Era nossa terra, nossa Aldeia. Outra vez deixamos nossa Aldeia, a nossa terra para os brancos.

Novamente partimos para outro lugar, que se chamava “Kâwakrârê”. Fizemos nossa Aldeia outra vez. Um lugar bonito, muito lindo. Depois, os brancos nos apertaram de novo, para tomar outra vez a nossa terra. Aí nos retiramos para o lado direito do Tocantins. A última Aldeia “Kâwakrârê”, no lado esquerdo do Tocantins ficava perto do “Morro Perdido”, que é o “Ktêkrsu”, onde tem, até hoje, um lugar limpo com muita areia e uma água (KRUNOMRI, & OLIVEIRA, 1993).

O “morro Perdido”, um morro solitário localizado em uma planície a cerca de oitenta quilômetros das atuais terras indígenas Xerente e do Funil. É um acidente geográfico que é retratado por uma memória dos Xerente como o lugar de dispersão desse povo e de sua separação do povo Xavante. Nesse sentido, o texto de Krunomri apresenta uma elaboração da memória das andanças de seu povo fugindo dos não indígenas. É uma nova leitura da vivência do povo Xerente com os não índios e de um logo período de conflitos e perdas.

É o caso do senhor Isaac Simnãkru, ex-morador da aldeia Vão Grande, falecido em 2011, quando falou sobre as antigas moradas:

Desde quando o Xerente existia, já existiu em Morro Grande [...]. Foram tocados para cá. Deu malária, deu sarampo. As aldeias eram grandes, foram se acabando. [...] Quem interessou veio para cá. O padre [Antônio de Ganges] deixou esse quadrado grande. Depois os fazendeiros invadiram (SCHROEDER & DAL POZ, 2000, p. 69).

O senhor Simnãkru também falou do processo de demarcação das duas áreas de terra para os Xerente e aponta as áreas que ficaram de fora das áreas indígenas Xerente e Funil:

Está no mapa do Curt de 1930; a aldeia Esgoto ficou de fora. Se deixasse, o Funil também ficava fora. [...] O diretor do IDAGO<sup>10</sup> disse que podia cortar onde quisesse. Os velhos não sabiam. Todo mundo sabe que Tocantínia era aldeia. Primeiro, Lajeado, rio do Sono. Tinha o Paneiro, do outro lado do rio do Sono, e o ribeirão Perdida. [...] Essa parte que foi deixada, existe gente que veio de lá. [...] A demarcação, foi triste. Se cortasse reto do Piabanha, mas foi pegando cabeceiras. Também o Gorgulho. O primeiro mapa foi marcado no Pau Ferrado, agora está no Perdida. Ali tem um trecho ainda em questão (SCHROEDER & DAL POZ, 2000, p. 67).

O senhor Isaac Simnãkru lembra-se de amigos oriundos de antigos locais de moradia, hoje distantes das áreas demarcadas, e se vale de lembranças de sua infância para dar veracidade a seu depoimento. Diz ele: “O Ambrósio veio de Nova Sacre e Morro Grande. Providência foi onde o Curt Nimuendaju veio. Eu estou na foto, nas costas da minha mãe”<sup>11</sup>.

Já o senhor Manoel Suken, 58 anos, residente na aldeia Bupré tem a seguinte avaliação sobre as perdas do território pelos Xerente:

Nossa área era grande. O branco foi chegando perto. Agora estamos espremidos. Nossa população está crescendo. E os que vêm atrás de nós, nossas crianças? A área foi delimitada sob pressão, meu avô e minha avó até apanharam. Nós perdemos o trecho de Lajeado e o Pau Ferrado. No caso do Funil, eles perderam a Passagem de Pedra. Ficou para o branco. Aqui o limite era o rio Negro e a cabeceira das Porcas; dali era para encostar no Miramatos<sup>12</sup>. O limite era por aí. O Xerente perdeu as duas cabeceiras (SCHROEDER & DAL POZ, 2000, p. 69).

O senhor Suken discorre sobre o que levou os mais velhos a não exigir mais terras e traz uma perspectiva para o futuro de seu povo:

<sup>10</sup> Instituto de Demarcação Agrária de Goiás, órgão que participou na comissão de demarcação.

<sup>11</sup> Isaac Simnãkru foi fotografado por Curt Nimuendaju em sua primeira viagem aos Xerente e está no livro *The Serente* de 1942.

<sup>12</sup> Atual cidade de Aparecida do Rio Negro.

Os mais velhos pensaram que não ia produzir mais, o índio estava sem esperança. Hoje o número do índio cresceu, depois que passou pela FUNAI. Surgiu vacina, chegou o leite, remédio, enfermeiro. Essa parte da reserva que a gente perdeu, quem sabe, não vai passar para as mãos dos Xerente, nossos filhos, nossos bisnetos<sup>13</sup>.

Como se percebe, as áreas que foram perdidas e fazem parte da memória de ocupação dos Xerente, no processo de demarcação, são parte de uma proposta de lutas futuras por sua retomada, estando situadas principalmente ao sul e ao norte das atuais áreas demarcadas. Essas áreas foram assim descritas no *Diagnóstico Etnoambiental das Áreas Xerente e Funil*:

Ao norte, na margem direita do rio Gorgulho, [...] as aldeias Esgoto e Pedra Preta. Ainda no limite norte, [...] o local denominado Pau Ferrado, na margem direita do rio Lajeado, próximo à sua confluência com o rio do Sono. A sudeste, em razão da delimitação atual ser o resultado de sucessivas reduções - a primeira proposta do SPI, em 1944, tomava o rio Negro como divisa da área, mas os Xerente foram forçados a recuar suas pretensões até o Córrego Brejão. Ao sul, onde a recente demarcação da área Funil abarcou não mais que metade da área pretendida, deixando ao desabrigo uma zona de ocupação tradicional e antigas aldeias, como Tamanca Velha (SCHROEDER & DAL POZ, 2000, p. 69).

Não obtive evidências de que a memória sobre as áreas perdidas já tenha sido adotada pela nova geração de lideranças indígenas, mas a perspectiva dada por Suken pode ser mais uma dos futuros marcos reivindicatórios do povo Xerente.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Ao percorrer a história da luta pela terra efetuada pelos Xerente ao longo do tempo, verifica-se a redução territorial estancada tão somente a partir da década de 1990 com a demarcação da área indígena do Funil. Isto se deveu aos conflitos entre Xerente, que lutavam bravamente pela defesa de seus últimos rincões, e fazendeiros que chegaram aos extremos de violência. A luta dos Xerente teve eco na sociedade brasileira, principalmente pela imprensa e entre as autoridades do Estado brasileiro, e a invasão das terras indígenas para a pecuária extensiva teve um fim. Todavia, a demarcação das áreas Xerente e do Funil não fizeram cessar para esse povo as suas lutas. Novos confrontos têm surgido como consequência de mudanças do perfil de ocupação da região pelos não índios e da localização das terras indígenas em uma área de grandes interesses econômicos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

<sup>13</sup> Entrevista realizada por Cleube Alves da Silva em julho de 2009.



AMOROSO, Marta R. Mudança de hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.13. n. 37. São Paulo, junho de 1998.

CUNHA MATOS, R. J. da. Chorografia histórica da Província de Goiás. *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, Tomo 37, p. 213 - 398 abr./jun.; Tomo 38, v. (1), p. 5-150, jan./mar. 1874/5.

FARIAS, Agenor. *Fluxos sociais Xerente: organização social e dinâmica das relações entre aldeias*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), FFLCH/USP, São Paulo, 1990.

GALLAIS, Estevão. *O Apóstolo do Araguaia: Frei Gil missionário dominicano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942.

\_\_\_\_\_. *Entre os índios do Araguaia*. São Paulo: s/e, 1954.

KRUNOMRI, Vitorino & OLIVEIRA, Orlando. *As histórias do Morro Perdido*. Ilustrações de Roberto Suke & Jeferson Sampaio. Revisão de Rinaldo Mattos. Palmas: CIME-TO, 1993.

MAGALHÃES, Basílio. Prefácio de "Algumas notas sobre os Xerente". *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Oficial. Tomo 101, v. 155, p. 5-30. 1928.

MAYBURY-LEWIS, David. *Dialectical societies: the Gê and Bororo of Central Brazil*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

\_\_\_\_\_. *O selvagem e o inocente*. Campinas: Ed. da Unicamp, [1984]1990.

NIMUENDAJÚ, Curt. *The Serente*. Los Angeles: The Southwest Museum, 1942.

OLIVEIRA, José F. Os Cherentes aborígenes do Brasil Central. *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro: IHGB, tomo 20, p. 14-25, 1921.

PATERNOSTRO, Júlio. *Viagem ao Tocantins*. São Paulo: Ed. Nacional, 1945.

SANTOS, Edivaldo Antonio dos. *Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): a fundação e a consolidação da missão dominicana no Brasil*. Dissertação. (Mestrado em História). UFG, Goiânia, 1996.

SCHROEDER, Ivo & DAL POZ, João. *Diagnóstico Etnoambiental das áreas Xerente e Funil*. Cuiabá, GERA-OPAN/UFMT, 2000.



SILVA E SOUZA, Luis Antonio da. *O descobrimento da Capitania de Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, [1812], 1967.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato.(org). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VIANNA, Urbino. Akuen ou Xerente. *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. Tomo 101, v. 155, p. 3-95, 1928.